

# PENSAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DE PROCESSOS EDUCATIVOS COM RECICLADORES

Vinícius Lima Lousada

## Resumo

No presente artigo, procuro partilhar reflexões, apoiadas numa sociologia sensível ou da escuta, a respeito de alguns elementos, que compuseram uma prática educativa com um grupo específico de trabalhadores da reciclagem, na periferia urbana de Porto Alegre/RS, sobre a qual versa a minha pesquisa de Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com base em registros oriundos da pesquisa de caráter participante, levada a efeito de forma concomitante ao Projeto Reciclando Vida, procuro problematizar certas categorias teóricas do campo da Educação Popular e a sua correlação no ideário da Economia Solidária. Dessa forma, venho constatando nos modos de navegação social e nas sociabilidades dos recicladores indicativos da complexidade da práxis solidária nos empreendimentos de economia alternativa capazes de contribuir com a reelaboração sistemática e criativa da Educação Popular nesses espaços.

## Palavras-chave

Economia solidária, Empoderamento, Educação Popular

## THINKING OF SOLIDARITY ECONOMY FROM EDUCATIONAL PROCESSES WITH RECYCLERS

## Abstract

In this paper I share ideas supported in a sensitive or listening sociology, regarding some elements that made



up an educational practice with a specific group of workers in recycling, in the suburbs of Porto Alegre/RS, which is the theme of my Doctoral research in Education at the Graduate Program, in Federal University of Rio Grande do Sul. Based on records from the research participant, carried out concomitantly to Life Recycling Project, I try to question certain theoretical categories of the field of Popular Education and their correlation in the ideals of Solidarity Economy. Thus, I have been witnessed in social navigation modes and the sociability of the recyclers indicative of the complexity of praxis of solidarity in alternative economy enterprises capable of contributing to the systematic and creative reworking of Popular Education in these spaces.

### Key words

Solidarity Economy, Empowerment, Popular education.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte de minha investigação em andamento, junto ao Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), orientada pela pesquisa participante, que tem como ponto de partida o reconhecimento da epistemologia própria e da contribuição do saber e das experiências comunitárias do outro (BRANDÃO, 2006). Aqui, problematizo, a partir da empiria e na perspectiva de uma sociologia sensível, a emergência da categoria empoderamento na ação educativa com recicladores a fim de propor um pensar certo, de matriz freireana, sobre a Educação Popular e seu quefazer em empreendimentos econômicos solidários.

Pauto este artigo em alguns saberes emergentes na práxis educativa do Projeto Reciclando Vida, na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta,



na periferia de Porto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. Esse projeto consistiu numa experiência extensionista vinculada ao PPGEDU/UFRGS cujo objetivo era a criação de alternativas possíveis de sustentabilidade para a associação. Para tanto, três eram os eixos orientadores da ação pedagógica: tecnologia e gestão; educação e segurança alimentar. A partir da pesquisa, concomitante ao Projeto Reciclando Vida, identifiquei no cotidiano do galpão de reciclagem a presença de uma cultura da malandragem que, consentida no coletivo de recicladores, se configura numa ruptura da lógica cooperativa através da assunção da catação de interesse individual que, por sua vez, pode ser compreendida como uma forma específica e legitimada de navegação social para atender as demandas da sobrevivência no limite material, da vida em inclusão precária. Inclusão precária (MARTINS, 2002) é uma categoria teórica elaborada na análise das desigualdades sociais como um problema sociológico gerado pelas formas de desenvolvimento anômalo fomentado pelo capitalismo.

A desigual distribuição de bens sociais, econômicos, culturais e políticos exclui uma extensa legião de pessoas dos processos de participação e provoca a inclusão ou integração em formas desumanas de sobrevivência e protagonismo social, como modos privilegiados desta e não como a concretização de direitos. Assim, podemos reconhecer a competência aliciadora e patológica desse modelo de desenvolvimento, que inclui os pobres em processos concretamente precários de acesso aos bens sociais, culturais e econômicos, revelando ambiguidades, contradições e situações-limite para a Economia Solidária<sup>1</sup>, como no caso aqui considerado.

<sup>1</sup> Nada obstante, o caráter polissêmico do conceito de Economia Solidária, talvez pela visível pluralidade de seu movimento, (GADOTTI, 2009) compreende-se que essa outra economia se constitui num sistema, que não se esgota nos empreendimentos solidários, materializando-se na práxis social dos atores sociais comprometidos com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Assim, a Economia Solidária deveria respeitar os processos ecológicos, produzir sem fazer uso da mão de obra infantil, respeitando a cultura local e sendo engajada na luta pela cidadania e pela igualdade. Dentre seus princípios, estariam o comércio justo, a cooperação, a segurança no trabalho, o trabalho comunitário, o equilíbrio de gênero e o consumo consciente, apostando no diálogo e na autogestão no gerenciamento dos empreendimentos solidários.



Vivemos um tempo em que as pobrezaas se multiplicaram, atingindo dimensões da existência humana, que jamais identificaríamos como manifestações de carências fundamentais e, nesse sentido, o desafio da compreensão sociológica está em perceber que temos outros modos de diferenciação social, que impõem a certas pessoas lugares sociais excludentes como se essas fossem menos gente que as demais, classificadas como descartáveis, refugio social somado à avalanche de resíduos materiais gerados pela ordem produtiva e lógica de consumo, que adotamos globalmente.

## 2 SOBRE A ASSOCIAÇÃO E A MINHA INSERÇÃO NO CAMPO

A Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta (Galpão) iniciou suas atividades no ano de 1993, implantada como parte de um macroprojeto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre de reassentamento urbano apartado das denominadas zonas de risco, articulando a questão da moradia e da geração de renda, na gestão Olívio Dutra. Na ocasião, essas famílias foram removidas da denominada Vila Tripa, localizada na área, que separava a Av. Sertório e o Aeroporto Internacional Salgado Filho, para o conjunto habitacional popular em instalação no Bairro Rubem Berta, Zona Norte de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil.

No período de implantação da associação (FISCHER, 2006), foi fundamental a mediação educativa e pastoral do Ir. Marista Antonio Cechin, organizando aqueles trabalhadores da reciclagem num coletivo formado por indivíduos da população transferida para o local e moradores já presentes na comunidade anteriormente, alguns com vínculos anteriores com o trabalho junto aos resíduos sólidos (carrinheiros, papeleiros ou catadores) e outros não, no entanto, unidos aos primeiros pela condição de exclusão social, desemprego e luta pela sobrevivência. Tornam-se recicladores aqueles que, na lógica capitalista, são transformados em parte do refugio humano, que adere ao trabalho precário com o refugio material, são sobrantes (Bauman, 2005), produto e acompanhante da modernidade, efeito



colateral da construção de sua dinâmica de ordenação social e de suposto progresso econômico, que acaba por privar seus praticantes dos meios de subsistência.

Esses, do meu ponto de vista, são sujeitos, que poderiam facilmente ser compreendidos como partícipes do ecologismo popular (ALIER, 2009), sobretudo, pela sua atuação no campo do saber ambiental<sup>2</sup> pela via da sobrevivência, nesse caso, mediante o trabalho associado na separação de resíduos sólidos, portando um interesse material pelas questões ambientais e, não exatamente, uma demanda preservacionista ou do desenvolvimento sustentável.

O local inicial de separação do lixo urbano era um singelo galpão de madeira, ladeado por uma capela destinada aos ritos religiosos católicos e, também, às assembleias e encontros de formação para o trabalho associado. Nesse espaço, foram dados os primeiros passos de organização da A. R. E. Rubem Berta no sentido de apreensão operacional da lógica da Economia Solidária, das rotinas administrativas, dos desafios educativos para a autogestão e organização popular até o final dos anos 90.

Na atualidade, contando com mais de trinta associados, o Galpão conta com apoio de recursos para manutenção encaminhados pelo Departamento de Limpeza Urbana da Cidade de Porto Alegre (DMLU) e, fundamentalmente, com o produto das vendas de material reciclável, separado e classificado, conforme a sua natureza, para clientes fixos (atravessadores) e outros alternados, permitindo assim a manutenção da partilha dos recursos econômicos obtidos para fins de

<sup>2</sup> Considero o saber ambiental de (LEFF, 2001) um saber emergente, que questiona a lógica social da modernidade por dentro dela mesma, sem atirar-nos num niilismo pouco esclarecedor. Problematiza o mundo, a monocultura do saber e do fazer hegemônico a partir da mirada dos saberes e das práticas sociais de quem se deixa afetar pela crise socioambiental contemporânea. Não é um saber que vem “verdejar” a sociedade e, sim, que se formata pluridiverso num mosaico de saberes e ações coletivas, que gestam, no tecido social, outro *ethos*, menos predatório, no sentido de que a humanidade se perceba, saiba e aja como mais um dos convivas com outras espécies em nossa casa planetária. É, enfim, um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientados pela rearticulação das relações sociedade-natureza.



pagamento de salários aos associados de acordo com as horas trabalhadas. Além do DMLU, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através da Faculdade de Educação (FACED) – Projeto Caminhos do Lixo na FACED<sup>3</sup> – tem colaborado com material reciclável, encaminhando-o à unidade regularmente.

Em agosto de 2007, passei a integrar a equipe do Projeto Reciclando Vida na A. R. E. Rubem Berta na condição de coordenador pedagógico. O objetivo geral do projeto era a criação de alternativas possíveis de sustentabilidade para a associação mediante o fortalecimento socioeconômico do grupo de recicladores em nível individual – na promoção da dignidade e profissionalização do trabalhador da reciclagem – e coletivo – reforçando os laços cooperativos e ampliando a capacidade produtiva da associação. Através desse projeto é que estive imbricado, acessando o cotidiano e a convivência com os trabalhadores do Galpão. O cotidiano do trabalho na reciclagem é profundamente revelador, porque na dinâmica da produção, através da classificação e reciclagem de matéria-prima, vão se processando, também, os mais diversos saberes, sociabilidades e projetos de vida.

### 3 SOBRE EMPODERAMENTO

Empoderamento foi, na execução do Projeto Reciclando Vida, uma expressão recorrente na fala de alguns educadores, que merece consideração.

<sup>3</sup> Desde o ano de 2004, o lixo seco produzido no âmbito da FACED pelos seus usuários é encaminhado à A. R. E. Rubem Berta. Desse modo, o material recolhido é armazenado num depósito localizado atrás do prédio da FACED e construído para esse fim. Estando cheio o pequeno depósito, costumeiramente, o material era encaminhado pela FACED ao Galpão, numa média de 150kg de material/mês, excetuando-se aquilo que é “garimpado” por catadores nas lixeiras adesivadas da FACED, que não chegam ao depósito. Segundo o site (<http://www.ufrgs.br/faced/extensao/lixo/>) desse projeto, os principais envolvidos são os professores Eunice Isaia Aita Kindel (FACED), Johannes Doll (FACED/PPGEDU-UFRGS), Nilton Bueno Fischer (PPGEDU-UFRGS). O *Caminhos do Lixo na FACED* conta com apoio de bolsistas, funcionários da faculdade, e profissionais terceirizados. Por ordem da prefeitura do Campus, a entrega direta do material na unidade da A. R. E. Rubem Berta encontrava-se suspensa, na ocasião dessa produção textual.



Confesso que a “sloganização” de certas categorias teóricas me incomoda como pesquisador e educador desassossegado na investigação participante com grupos populares. Ocorre que durante a minha formação pude estudar uma linha *sociológica sensível*, que rompe com a cegueira imposta pelo enquadramento teórico macronarrativo do objeto de estudo das Ciências Sociais. Entre os referenciais nessa perspectiva, destaca-se Melucci (2001) – com sua reorientação do foco sociológico mais para a ação coletiva e a pluralização dos movimentos sociais do que para análises conjunturais. Soma-se Martins (2008), que assinala o valor do residual, do liminar, da leitura social do homem simples e de sua contribuição para a investigação sociológica, e Santos (2004), com sua crítica sagaz alertando-nos em relação à sociologia das ausências, ou seja, de saberes e práticas sociais negados pela monocultura do saber dominante a serviço da manutenção das desigualdades sociais e à sociologia das emergências, especialmente, que consistiria na necessária abertura e tradução<sup>4</sup> dos saberes produzidos por aqueles cujo estatuto epistêmico não é reconhecido pela razão hegemônica.

Ao consultar o *Dicionário Paulo Freire* (STRECCCK, 2008), tive o ensejo de encontrar algumas considerações, que permitem problematizar tal categoria. Guareschi apresenta o verbete empoderamento como central na obra de Paulo Freire, sobretudo a partir da publicação do livro *Medo e Ousadia*, em 1986. Nesse livro, o alerta de Freire e de Shor está no sentido em que empoderamento não poderá ser concebido como doação “missionária” de poder de alguém para outrem; muito pelo contrário, consiste em um ato social e político, que está mais próximo do que se entende por ação cultural para a liberdade.

<sup>4</sup> Tradução, (SANTOS, 2004), consiste numa postura metodológica, que pretende colocar em regime comunicativo práticas e saberes de grupos sociais diferentes e estabelecer mediações possíveis entre esses grupos, evitando-se o desperdício das suas experiências, tornando-as visíveis e inteligíveis aos demais setores da sociedade, por outros grupos, movimentos sociais e academia.



Parece-me que o conceito de empoderamento está visceralmente vinculado ao de conscientização<sup>5</sup>, adotado como palavra geradora pelos movimentos de educação e cultura popular a partir de 1960 e corresponde ao conceito de pensar certo<sup>6</sup>. Afinal, empoderamento remete à ideia de libertação das condições de opressão das classes subalternas que, no ideário freireano, exige dos sujeitos a superação de diferentes níveis de consciência – da consciência ingênua à crítica – para a apropriação coletiva e política da realidade em que estão imersos, tendo em vista a mudança radical do *status quo* social. Desse modo, empoderamento não é fruto de um ato “iluminista” em que se cede ou credencia o outro ao poder sobre si e sua ação para, a partir disso, mover-se livremente nas circunstâncias materiais em que transita.

#### 4 NA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR

Isso ficou evidente, em 2008, quando percebíamos algumas bambonas<sup>7</sup> adquiridas com recursos do Projeto Reciclando Vida sem uso e jogadas ao chão por serem pequenas, exigindo “várias viagens”, como me disse oportunamente um dos recicladores, que atuava na prensa de fardos. Na ocasião, fui levado a ver uma balança que o coordenador executivo, cuja função foi substituída pela

<sup>5</sup> É importante destacar que para esse pensador da práxis a educação pela mudança social seria aquela que por isso mesmo libertasse pela conscientização (FREIRE, 1979).

<sup>6</sup> Com base em Freire (2007: 27-28), pensar certo significaria uma postura intelectual que, sendo pautada numa determinada posição ética, radicalmente coerente, e política, referenciada pela opção preferencial pelos espoliados do mundo, exige do sujeito o trânsito da curiosidade ingênua para uma curiosidade epistemológica, implicando em se compreender não demasiado certo de suas certezas. É ainda a superação do saber de pura experiência feito – o do senso comum – com vistas à assunção de uma consciência crítica para uma compreensão profunda da realidade.

<sup>7</sup> As bambonas as quais me refiro são tonéis de plástico, onde as mulheres, na triagem, depositam o material classificado para ser carregado pelos homens e encaminhado ou para o rejeito – container, onde se depositam o que é descartado ou o que não serve para ser reciclado – ou para os silos a fim de ser agregado com demais resíduos sólidos da mesma natureza e, posteriormente, ser vendido pela Associação.



coordenação pedagógica com a minha inserção, havia adquirido para o grupo, abandonada num canto do Galpão, junto de outras tralhas. Pude constatar que o diálogo escasso gerava incompreensão mútua entre os recicladores e educadores – alguns oriundos da universidade, outros identificados com movimentos sociais ou não – nada obstante, as variadas advertências do seu coordenador geral. Por causa disso, empreendemos uma nova metodologia para a aquisição de equipamentos.

Passamos, num primeiro momento, a sondar o grupo em conversas informais sobre quais equipamentos imaginavam ser necessários ao trabalho. Normalmente, as repostas estavam mais centradas no bem-estar no trabalho do que no processo produtivo. Quanto à coordenação e aos educadores, que atuavam mais junto à gestão, ouvimos algo no sentido de confecção de silos<sup>8</sup>, picador<sup>9</sup>, etc. Nesse ínterim, preocupava-nos o modo de trabalho das mulheres e dos homens no pátio quando, diante do descarregamento no chão de material entregue pelos caminhões de lixo do DMLU, eram obrigados a lançar para cima, em direção à abertura na parede alta do Galpão, que dá para o cesto, para depois ser triado o material reciclável na mesa pelas recicladoras, conforme a escala de trabalho estabelecida por ordem do colegiado de gestão ou pelos acordos diários do grupo.

Apostamos mais no diálogo e passamos a estabelecer reiteradas conversações com o grupo de recicladores, fomentando uma maior conexão entre a coordenação do Galpão e os recicladores ocupados na produção, que, no meu ponto de vista, era insuficiente sozinha para a tomada de decisões legitimadas no coletivo e para a transmissão de informações ou encaminhamentos no cotidiano do Galpão, considerando-se a participação como valor consagrado na Economia Solidária.

Para mim, ressurgiu mais um ensinamento freireano, oportuno aos processos a favor da Economia Solidária, que aponta a necessidade do presencial e

<sup>8</sup> Espaço cercado, visando ao depósito de material da mesma natureza em fase pré-enfardamento.

<sup>9</sup> Equipamento destinado a retalhar plástico.



do esforço paulatino da educação popular, que problematiza e provoca a reflexão sobre o convívio e o trabalho associado, desacomodando e sugerindo a possibilidade de dar conta da rotina do trabalho na reciclagem de forma que os sujeitos se permitam o direito de pensar sobre o que fazem, sem se automatizarem na formação provocada pela lógica fabril – já quebrada, individualmente pelos tempos internos (MELUCCI, 2005) dos indivíduos. Apesar de ser um empreendimento de origem e caráter solidário, na complexidade cotidiana do Galpão, a divisão social do trabalho e o poder pessoal (matizado pela questão de gênero) de decidir se impõem, moldando essa gente simples a um quefazer rotineiro, automatizante do jeito de ser e estar no trabalho, somente quebrado não inicialmente por uma intencionalidade política, mas, como percebo, por humores e amores, demandas pessoais ou acordos isolados, ainda orientados pela precariedade material de quem vive à margem da sociedade.

No âmbito da proposta educativa do Projeto Reciclando Vida, as perspectivas projetadas eram a elevação do nível de escolaridade formal e a qualificação para o trabalho através de uma ação coletiva pró-escolarização com os recicladores e da implantação de oficinas de qualificação. O processo de escolarização era herdeiro de tentativas anteriores levadas a efeito por um colegiado de educadores – alguns jovens estudantes universitários e pós-graduandos – sob a coordenação do Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer. Tal ação não alcançou o êxito esperado no que toca ao avanço na escolarização por parte de todos os recicladores, em virtude de fatores determinantes como: a resistência da coordenação do Galpão, a incompreensão pela insatisfação dos associados, que não aderiram a essa proposta, em parte como decorrência da causa anterior, as condições de trabalho precário e as circunstâncias existenciais dos educadores populares. Entretanto, o aparente impasse é profundamente revelador de elementos entranhados na cultura cotidiana do Galpão, que só a pesquisa de caráter participante ou a ação educativa continuada e processual, não pontual, permitem a devida leitura mediante a convivência com os sujeitos, mestres do vivido.



A resistência dissimulada<sup>10</sup> da coordenação do Galpão manifestou-se, como em outras iniciativas apresentadas posteriormente, no tocante à liberação dos recicladores para estarem presentes no ambiente de estudo em horário de trabalho, com base na queixa de alguns recicladores não aderentes ao processo de escolarização, bem como por causa da virtual ocorrência de denúncia e problematização coletiva de alguma forma de exploração ou manipulação por dívida, há muito identificada naquela unidade de reciclagem.

A incompreensão expressada, também, pode ser caracterizada como incidência da manipulação por dívida, porque, em 2009, quando surgiu a possibilidade de um voluntário retomar a escolarização pelos caminhos da alfabetização, registrei em conversa com um dos associados, o que faz pequenos empréstimos aos demais a juros altos, e evidenciei em diálogos, com os demais na produção, um empenho em desmobilizar o grupo para esse tentame. Aliás, a falta de um projeto de crédito popular na comunidade é um sintoma visível da fragilidade global a que estão expostos os empreendimentos da Economia Solidária, tradicionalmente em condições precárias e oriundos de setores marginalizados da sociedade, correndo riscos de cooptação ou de desvirtuamento quando esses empreendimentos não se inserem em redes de colaboração e de apoio mútuo, como ratificam alguns estudos sobre as formas alternativas de produção (SANTOS, 2005).

Sobre as condições de trabalho dos educadores, é importante dizer que se contava com um excelente espaço, o Centro Cultural Ir. Romildo: uma casa de madeira no terreno do Galpão, em que se mantém um ambiente de biblioteca adaptado para as aulas. Entretanto, livros, materiais, cadernos e outros recursos

<sup>10</sup> Com base em algumas leituras (MARTINS, 2008), é possível identificar a dissimulação como resultante da multiplicidade cultural híbrida forjada por uma modernidade anômala vivenciada pelos sujeitos na América Latina, numa tendência à ambiguidade constante. A ambiguidade fica sendo uma orientação cultural cuja legitimidade específica faz ser autêntico o que passaria por inautêntico. Isso indica que a sociedade brasileira não supera completamente os comportamentos tradicionais, irracionais e discrepantes. Apenas indica que o cenário principal da visibilidade social tem de ser ocupado pela teatralização do moderno e do racional.



eram adquiridos com doações, até mesmo dos educadores, sem previsão financeira para um programa de alfabetização em longo prazo. No que se refere às condições existenciais dos educadores populares, ocorre que, anteriormente ao Projeto Reciclando Vida, não havia recursos para o seu pagamento, sendo todos voluntários e dedicados a outras atividades de formação e atuação profissional, relegando o trabalho educativo no Galpão à condição secundária, algumas vezes, frente a demandas no plano pessoal.

Retomando a questão do empoderamento, não pretendo generalizar e nem encaminhar essa breve reflexão para um niilismo no que tange à Educação Popular. Contudo, ressalto que na ânsia de resultados, muitos projetos emancipatórios ignoram passos metodológicos de problematização somente possível no presencial da convivência com o grupo, com avanços e retrocessos comuns a qualquer processo de gestão de uma ação cooperativa, solidária e educativa, respeitando os tempos internos, a maturação dos grupos, as práticas e saberes, que emergem no diálogo e nos conflitos de modo a efetivar, processualmente, as ações transformadoras. Com uma necessária crítica não é difícil perceber que nesses tempos complexos a ação da Educação Popular, que não se valer do pensar certo freireano ou não admitir a sua incompletude<sup>11</sup>, terá sido pouco científica, quase nada emancipatória, inábil em lidar com o contraditório, que o cotidiano dos que vivem no liminar da sociedade experimentam.

É preciso considerar, também, que no cotidiano das ações educativas com recicladores, apesar da proximidade provocada pela convivência, o que

---

<sup>11</sup> Incompletude é uma categoria de pensamento, que pode ser compreendida com base na contribuição de Paulo Freire quando nos fala da consciência do inacabamento (FREIRE, 2007), ou seja, trata-se do ator social saber-se como ser em processo de construção, como um projeto que se refaz ao longo de sua trajetória histórica, condicionado pelos fatores, que marcam seu contexto, mas portador de uma vocação ontológica de ser mais um processo de dinâmica transformação e ampliação de suas possibilidades durante a vida. Do ponto de vista da Educação Popular como movimento, admitir sua incompletude é concebê-la como construção social, passível de mudanças paradigmáticas em suas referências e práticas, conforme os desafios contemporâneos, revitalizando-a em seus sentidos e intervenções.



permite uma leitura mais rica das singularidades desse grupo de trabalhadores e o registro continuado de informações sobre seu cotidiano, com o passar do tempo, há certo ajustamento das ações do projeto aos interesses e, por vezes, ao ritmo próprio do coletivo de recicladores, opacizando conflitos e reduzindo, inclusive, o potencial de explicitação das contradições, que obstam os objetivos do ProjeCerta familiaridade produzida na presença dos educadores na ambiência do Galpão, cujas relações de afetos são marcadas por encontros e desencontros significativos, foi constantemente matizada por doações de pequenos utensílios domésticos, pequenos bens móveis, roupas, às vezes, dinheiro por conta de demonstrações de solidariedade humana. Em certas circunstâncias, tornava nebuloso o papel do agente educativo e, noutras, legitimava esse papel sem incorrer no mero assistencialismo. Trata-se de um evidente paradoxo, dentre tantos outros, presente nessa relação de comensalidade simbólica, que se firma na intervenção educativa no galpão de reciclagem, que, por sua vez, favorece a ação investigativa.

Constatamos, com o tempo, a existência da catação em proveito próprio, legitimada no grupo como necessária, como possibilidade de um ganho menor, a despeito do que apregoa a Economia Solidária. Tal catação foi designada pelo Prof. Nilton Bueno Fischer como ações de *garimpo*. Neste momento, retomo o e-mail que escrevi para nosso grupo de trabalho, onde procurei, numa conversa após o café com os recicladores, problematizar a questão e o modo como afetam os ganhos coletivos:

*[Uma recicladora] falou do baixo ganho, lembrei das dívidas e dei um toque a respeito do garimpo... Gerou desconforto. Afirmou ser esse o único jeito de um pila a mais para pão e leite. Lembrei que elas tiram o que chegaria à partilha, dei exemplos tentando argumentar diferente, pedindo para pensarem no assunto, de forma bem leve, a título de sugestão. Todos ganhariam mais. Mas a partilha, ao que parece, ainda é abstrata demais, não tendo sentido contribuir com ganhos coletivos para aquilo que de fato participam apenas no esforço braçal.<sup>12</sup>*

<sup>12</sup> E-mail escrito em 21/02/09.



Considerando que a catação particular se apresenta como sendo um fazer legitimado no Galpão, aceito em volume pequeno, é comum vermos na mesa, na hora da triagem, no pátio, no jogar fardos no cesto ou em trânsitos constantes, sob os nossos olhos, que o garimpo se impõe frente à triagem coletiva. O material é sorrateiramente encaminhado pelo indivíduo como este bem entende, que o leva consigo para a venda pessoal, com comprador certo, especialmente no caso do *torner* e do *rolon*, latinha, sacola plástica e até papel branco – sendo que todos sabem que este último é acumulado em sala fechada, junto com latinhas de alumínio, para venda em fardos pela Associação e é considerado um item de valor substancial para a venda.

No garimpo, o reciclador, que faz a triagem, assume o *ethos* do catador de rua ou papeleiro, recolhendo para si o material, que pode acrescer algo ao seu ganho individual, seja para ajudar na renda familiar, seja para comprar um cigarro ou, até mesmo, tirar vantagem disso. Tudo depende da intencionalidade do sujeito na ação, que pode ser pública ou velada. Essa cultura da malandragem, que infiro a partir das vivências no Galpão, sugere, de algum modo, o que DaMatta nomeia como uma forma de navegação social tipicamente brasileira, onde o sujeito se especializa na arte de sobreviver nas situações mais difíceis. Afirmo o antropólogo:

*A malandragem, assim, não é simplesmente uma singularidade inseqüente de todos nós, brasileiros. Ou uma revelação de cinismo e gosto pelo grosseiro e pelo desonesto. É muito mais que isso. De fato, trata-se mesmo de um modo — jeito ou estilo — profundamente original e brasileiro de viver, e às vezes sobreviver, num sistema em que a casa nem sempre fala com a rua e as leis formais da vida pública nada têm a ver com as boas regras da moralidade costumeira que governam a nossa honra, o respeito e, sobretudo, a lealdade que devemos aos amigos, aos parentes e aos compadres. Num mundo tão profundamente dividido, a malandragem e o “jeitinho” promovem uma esperança de tudo juntar numa totalidade harmoniosa e concreta. Essa é a sua importância, esse é o seu aceno. Aí está a sua razão de existir como valor social. (DAMATTA, 1984, p. 89)*

Há algum tempo, procuro compreender (LOUSADA, 2008) essa questão presente e legitimada nos galpões de reciclagem. Apoiado nas anotações, que fiz



a partir de uma das obras de Paulo Freire (FREIRE, 2006), chamo esse jeito dos sujeitos em lidarem com as situações adversas das tramas de suas existências de manha. As manhas podem ser identificadas nas seguintes formas: um jeitinho ou em uma fala dúbia, na dissimulação; na contradição entre o que é dito, acordado como regra coletiva, e o que é realizado; na transgressão levada a efeito no descumprimento de acordos com terceiros e dos sujeitos entre si, pelos motivos mais variados, apresentados nos mais criativos argumentos de uma sócio-lógica própria.

## 5 PARA PENSAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA

As questões aqui abordadas colocam na pauta da pesquisa no campo da Economia Solidária a necessidade de buscarmos instituir estudos socioantropológicos a respeito de uma Pedagogia da Solidariedade, instituída a partir dos saberes produzidos no trabalho associado e nas contribuições históricas da Educação Popular na América Latina, bem como na produção acadêmica levada a efeito em torno da consolidação dos empreendimentos solidários. Desse modo, podem ser qualificadas as análises e as ações em prol de novas experiências educativas nessa senda, em seus limites e possibilidades, formadas por uma gama multifacetada de formas alternativas de produção, dotadas de suas específicas epistemologias, que nos cabe saber escutar para apreender sociologicamente.

As considerações aqui trazidas sobre empoderamento e a crítica a alguma visão messiânica da Educação Popular, além de propor uma revisitação e revitalização do ideário da perspectiva contra-hegemônica de educação com as classes populares, nos trazem, de forma subjacente, uma provocação sobre a formação e as condições concretas dos educadores populares enquanto formadores dos recicladores, ou outro grupo qualquer de trabalho associado, para a Economia Solidária. Os impasses vivenciados, longe de serem elementos de interdição aos sonhos possíveis na construção de outra lógica social e produtiva em nossos dias, cuidadosa para com os reclames da sustentabilidade de nossa casa planetária, são



situações-limite, que apontam novos horizontes metodológicos e epistêmicos para a ação educativa de caráter popular, merecendo, assim, acurada investigação dialógica e crítica.

Não ignoro que no campo de resultados de qualquer projeto emancipatório se tem muito mais do que perdas e ganhos. Em uma reflexão não-idealista de resultados, além da dádiva de partilhar momentos de formação e prática de pesquisa com esse grupo singular de trabalhadores da reciclagem, identifico que os resíduos da ação educativa do Projeto Reciclando Vida permanecem nas provocações à manutenção dos direitos inerentes à dignidade humana, nas possibilidades marcadas no vivido de interditos ou na multiplicação de encontros cooperativos fomentados pelas demandas particulares e coletivas, levando-me a uma leitura do galpão de reciclagem como um espaço não somente de trabalho, mas também de múltiplas sociabilidades, o que denota seu potencial de acolhida a outros projetos de caráter educativo popular e emancipatório.

## REFERÊNCIAS

- ALIER, Joan Martinez. **Ecologismo dos pobres: conflitos sociais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRANDÃO, Carlos R. e STRECK, Danilo (orgs.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- FISCHER, Nilton Bueno. **Trabalho e autonomia, construção do possível entre os trabalhadores, homens e mulheres, recicladores da Associação Ecológica Rubem Berta de Porto Alegre(RS)**. Educação Unisinos, São Leopoldo-RS, Unisinos, p. 130-138, 2006.



FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática de libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUSADA, Vinícius Lima. **O cotidiano de um Galpão de Reciclagem**: notas de pesquisa. In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 117-132, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**: Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O jogo do eu**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.



SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Cortez, 2005.

